

GÊNERO E PRÁTICAS PRODUTIVAS: ESTUDO COMPARATIVO DE MOVIMENTOS SOCIAIS PELA TERRA

Bárbara Maria Santos Caldeira*

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora esse o absorva preponderantemente.

Agnes Heller, 2001.

RESUMO: *Os movimentos sociais que envolvem a temática gênero, família, terra e circulação/migração tem se multiplicado nos últimos trinta anos, tanto no Brasil como na América Latina. Deste modo, o objetivo deste projeto (Família, Migração e Educação: Estudo comparativo de movimentos sociais pela terra (Alagoas, Bahia e Pará) é fazer um estudo comparativo baseado em entrevistas semi-estruturadas com mulheres chefes de família integradas a organizações como MST, Pastoral da Terra, MLST, nos estados de Alagoas e Pará. Categorias trabalhadas a partir de perfis econômicos e sociais que ressaltam a multidisciplinaridade na área de Humanidades (História, Educação e Sociologia) dentro de uma abordagem sobre o "parentesco simbólico", liderança e terra (visão que comporta duas aproximações: relações de família e relações de trabalho. Nos limites desse artigo apresentamos as impressões acerca dessa investigação cujo propósito é identificar e analisar elementos que refletem as relações estabelecidas e a diversidade entre os conceitos formados pelas relações de gênero, produção e a família no cenário de uma história cultural-política marcada pelas propostas sociais do MST e a vida comunitária nos acampamentos na promoção diária da cidadania.*

Palavras-chave: Gênero; Movimentos Sociais; Práticas produtivas; Família.

INTRODUÇÃO

A multiplicidade que caracteriza os espaços de lutas sociais na contemporaneidade mostra os caminhos trilhados pelo enfrentamento de conflitos protagonizados pelo capital cultural e pelo capital humano presente no desenvolvimento econômico e político dos grupos. Na história imediata que o presente nos impõe, o cidadão rural encontra nos movimentos sociais pela terra, símbolos e representações das lutas diárias que configuravam e caracterizam atores e cenários nos conflitos entre território e classe, gênero e gerações permitindo a produção de identidades entre os grupos sociais.

Os trabalhadores rurais dos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra assumem no âmbito nacional personagens culturais que denunciam os debates e conflitos entre essas categorias históricas. Paralelo a esse contexto, os conceitos de

* Historiadora. Mestranda em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura – UCSAL. Contato: barbaracaldeira@yahoo.com.br

masculino e feminino sofrem no mundo moderno uma “democracia dos gêneros” e com eles a dicotomia e a submissão entre os sexos e as representações da figura da mulher e do homem parecem acompanhar essa *moda* que se mostra em um processo ilusório das eliminações das diferenças como discute o filósofo francês Gilles Lipovetsky (2005) e da “transformação da intimidade” que essa instituição demonstra nas sociedades modernas sejam elas urbanas ou rurais. (GIDDENS, 1993).

O objetivo desse trabalho é identificar e analisar elementos que refletem as relações estabelecidas e a diversidade entre os conceitos formados pelas relações de gênero, produção e a família no cenário de uma história cultural-política marcada pelas propostas sociais do MST e a vida comunitária nos acampamentos, na promoção diária da cidadania.

Para tanto, a pesquisa se baseia em informações e idéias coletadas a partir da realização de entrevistas com grupos focais no Acampamento “Flor do Bosque”, situado no município de Messias, estado de Alagoas e no Acampamento “Peruanas”, no município de Eldorado dos Carajás (PA), considerando a metodologia qualitativa como caminho para a identificação e compreensão dos processos identitários, das práticas cotidianas e da memória individual ou coletiva dos sujeitos, reveladas pela fala ou omitidas por gestos. Foram aplicados 40 questionários em Alagoas e 60 no Pará.

O Acampamento “Peruanas” surgiu de uma invasão do MST há cerca de cinco anos e atualmente encontra-se em estudo de viabilidade econômica pelo Inbra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para que ganhe a condição de assentamento rural. Segundo um levantamento dos próprios organizadores do acampamento existe atualmente cerca de 700 famílias ocupando a área enquanto aguardam o processo para posse e uso da terra. Dentre os entrevistados, quase todos possuem algum histórico de trabalho com a terra, seja de laços familiares ou experiência própria. As origens são muito diversificadas, mas notou-se uma forte presença de imigrantes vindos dos estados do Maranhão e Ceará.

Em Alagoas, o movimento é bem menor quando comparamos com o Pará. Aproximadamente 80 famílias, estão acampadas em terrenos de uma antiga usina de açúcar, região chamada de Pititinga- município de Messias. Estão lutando há oito anos e já sofreram vários “despejos”. Entre as famílias, o fator migração Norte-Nordeste é muito forte. A Pastoral da Terra está presente no movimento. As condições são as mesmas encontradas no Acampamento “Peruanas”. Não possuem água tratada, acesso à energia elétrica e o atendimento médico ocorrem muito raramente.

As considerações apresentadas nessa comunicação integram o Projeto de Pesquisa “Família, Migração e Educação: estudo comparativo de movimentos sociais pela terra (Alagoas, Bahia e Pará)”. Ademais, as considerações teóricas terão como apoio metodológico uma pesquisa bibliográfica multidisciplinar que trilha por produções acadêmicas atuais e pertencentes à historiografia tradicional, a exemplo dos escritos de Amartya Sen, Eric Hobsbawm, Agnes Heller e Anthony Giddens. O estudo aponta indícios acerca dos complicadores presentes nas relações de gênero entre os moradores do acampamento, através da divisão do trabalho e na própria organização social das famílias.

FAMÍLIA, MIGRAÇÃO E SIMBOLOGIA: PRÁTICAS CULTURAIS PRODUZIDAS PELOS SENTIMENTOS DE PERTENÇA, LAÇOS DE AFETIVIDADE E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.

A noção de agente histórico ganha novas e necessárias definições inseridas no cenário atual marcado por contradições presentes nas diferenças culturais, nas desiguais condições de convivência entre os indivíduos e na própria forma dos sujeitos historiarem suas ações e representatividades. A dialética estabelecida pelo discurso da obra marxiana sobrevive na idéia da continuidade do desenvolvimento humano em atividade conjunta com o desenvolvimento das forças produtivas na missão de construir o Homem Social.

As formas de historiar implicam, nessas circunstâncias, a observação do presente continuum e à lembrança das experiências do passado. Ao contrário da teoria racionalista hegeliana, responsável pelo pensamento de uma história universal onde existem grupos que fazem parte dela, mas que a não possuem, a História Cultural nos apresenta os diversos significados que as afirmações coletivas e individuais no dia-a-dia representam para a pluralidade de sentidos dos atos de responsabilidade e comprometimentos humanos exigem de cada grupo cultural.

O trabalhador adscritício nascido na semi-escravidão, a menina submissa tolhida por uma sociedade repressora, o desamparado trabalhador sem terra, desprovido de meios substanciais para auferir uma renda, todos esses indivíduos são privados não só de bem-estar, mas do potencial para levar uma vida responsável, pois esta depende do gozo de certas liberdades básicas: Responsabilidade *requer* liberdade. (SEN, 2000, p.322).

Na produção (in)consciente da memória histórica esses grupos promovem uma gama de símbolos e representações constantes, a exemplo, da produção econômica e conseqüentemente nas relações de trabalho, bem como na organização social e familiar de suas comunidades. Nos acampamentos e assentamentos rurais espalhados pelo país encontramos diferentes atuações e objetivos comuns traçados pelo Movimento Social dos Trabalhadores Sem-Terra. A estrutura física e a construção político-ideológica de seus militantes denunciam importantes complicadores de análise sócio-histórica das Humanidades.

Nos limites desse texto, escolhemos duas categorias para identificarmos as práticas culturais produzidas em dois acampamentos rurais: elementos da produção econômica e as relações familiares construídas pelos moradores desses cenários. A revolução cultural sofrida pelo século XX nos permite dizer, como afirma Eric Hobsbawm (1998, p.314), melhor abordá-lo “através da família e da casa, isto é, através da estrutura de relações entre os sexos e gerações”. As adversidades presentes nas mudanças constantes que marcam os arranjos familiares no tempo atual nos apontam as condições das figuras de homens e mulheres no espaço público e privado.

O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais. (MARTINS, 2000, p.57).

Com efeito, a divisão das atividades domésticas e do trabalho formal, orientados por gênero, denuncia permanências herdadas e continuadas pelas gerações e as rupturas encabeçadas pelas exigências financeiras e políticas que a estrutura econômica contemporânea exige por um

lado, e pelas próprias revoluções culturais que põe terra abaixo a superioridade da dominação patriarcal face ao papel feminino materno de responsabilidade filial e de manutenção da moral social por outro.

A simbologia disfarçada pelo discurso das relações de trabalho e de gênero está envolvida por uma teia de estereótipos, ritos e associações que se confundem nas diversas organizações familiares que o trabalho de pesquisa de campo nos indicou nessas primeiras impressões do estudo comparativo: identidades coletivas e individuais que são diariamente construídas por sentimentos de pertença, laços de dependência afetivo-econômica e de referências territoriais.

Esses três elementos são constantes na vida dos “acampados”, provocados quase que em seu total, pelos freqüentes deslocamentos (conseqüências dos despejos, violência e ausência de segurança) e, principalmente pelo fator migração, extremamente atuante na acentuação das diferenças culturais estabelecidas entre as famílias.

Os vínculos sangüíneos não ultrapassam os limites dos grupos familiares na maioria dos casos. Somente em algumas exceções, há o aparecimento de dois, no máximo três núcleos que se relacionam a partir desse fator. Considerada como um dos eixos que sustenta o movimento de luta pela terra, a família é identificada nas palavras da comunidade pela união, fidelidade, amizade e partilham de dificuldades, problemas e desafios que surgem ao longo do tempo.

Os laços de pertença são construídos coletivamente: afinal, é necessário afirmar identidades comuns ao grupo, compromissos, direitos e deveres que precisam ser delimitados e respeitados para que haja uma coesão entre os objetivos. As divisões das tarefas normalmente seguem o mesmo padrão de outros acampamentos do movimento: dedicam um dia da semana ao trabalho coletivo, o que eles chamam de “comunitária”, espaço e tempo destinados à produção de alimentos, serviços gerais do acampamento e afins que são repartidos igualmente entre as famílias.

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e - isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade: são partes orgânicas da vida cotidiana; a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. (HELLER, 200, p.18).

O universo do trabalho sofre uma dicotomização, onde a esfera pública (roça/comunitária) e demais atividades externas à economia do acampamento pertencem ao domínio masculino e a esfera privada, a “casa” lembrada por Hobsbawm “teima” em residir no imaginário cultural das relações entre os sexos à figura da mulher, mãe, esposa e filha, com seus afazeres domésticos, responsáveis pela moral e educação de seus filhos.

Contudo, apesar de encontrarmos no discurso dos trabalhadores sem-terra uma divisão sexista das relações de trabalho e sociais que regulamentam a convivência entre os grupos, o mesmo argumento que defende a presença da mulher na condição de dona de casa, revela aspectos que evidenciam a necessidade da força produtiva feminina não apenas no âmbito da vida privada, mas, sobretudo, na agricultura e em outras áreas que possibilitem alguma renda financeira, a exemplo da prestação de serviços nas usinas, trabalho doméstico em “casas de família” ou simplesmente na venda dos alimentos, frutos do plantio e colheita no acampamento, a exemplo do “Acampamento Flor do Bosque”.

A idéia da família nuclear está fortemente presente nas mentalidades dos trabalhadores rurais nesses dois acampamentos. Entretanto, as vozes indicam outros modelos de arranjos existentes entre os grupos. O número de mulheres chefes de família representa considerável atuação na composição do movimento, principalmente no Pará.

Como considera a socióloga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas Cristina Bruschini (1989, p.04), a

antropologia lembra-nos também que o conceito de família refere-se, de um lado a um grupo social concreto e empiricamente delimitável, de outra parte a um modelo cultural e a sua representação. A análise da família deve por isso mover-se tanto no plano das construções ideológicas quanto no de seu papel na organização da vida social.

Nesse sentido, identificamos conceitos e particularidades que nos permitem mapear o cotidiano e as práticas culturais do mundo dos trabalhadores rurais nesses dois acampamentos. Ao estudar a “moral dos pobres”, a antropóloga Cynthia Andersen Sarti (2005) trabalhou com modalidades sociológicas urbanas, mas que servem como referencial teórico para nossas considerações desse estudo comparativo: o “trabalhador como homem forte e pobre”, o “trabalhador como provedor” e o “trabalho feminino”.

Em ambos os objetos de análise, a distinção do trabalho por gênero é identificada na organização social das comunidades. “O trabalho é o instrumento que viabiliza a vida familiar. Trabalhar para si aparece, tanto para o homem como para a mulher, como uma atividade sem razão de ser”. (SARTI, 2005, p.95).

A dependência econômica surge nessas circunstâncias como forte tensor das relações familiares: a figura masculina assume a “disposição de homem forte para trabalhar, o sentido do trabalho para o homem está na possibilidade de, através dele, cumprir o papel familiar do provedor”. Sarti nos esclarece que em relação ao trabalho feminino, a atividade doméstica contribui para a valorização da figura feminina e fortalece sua identidade, “como contrapartida da atividade masculina de provedor”. (SARTI, 2005, p.96).

Contudo, encontramos elementos que contradizem as propostas de igualdade entre os grupos sociais que integram a comunidade: conflitos entre gerações, gêneros e culturas regionais que na maioria dos casos precisam entrar em processo de negociação entre as famílias.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA CONQUISTA DA TERRA E A CULTURA PRODUTIVA

As bases e as origens das identidades são os acidentes, as fricções, o erros, o caos, ou seja, o indivíduo forma a sua identidade não na reprodução pelo idêntico oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos, etc., mas sim do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização. (MENDES, 2005, p.505).

O Inca divide o processo de assentamento em três fases: implantação, consolidação e emancipação. Este processo de planejamento tem como objetivo justamente socializar os grupos que integram o assentamento por entenderem que a construção do assentamento implica na

construção dos assentados, com a perspectiva de integrá-los ao mercado e conscientizarem da necessidade de formarem associações e/ou cooperativas.

Estudos de potencialidade da terra, número de lotes que a área ocupada comporta e a infra-estrutura necessária para a consolidação do assentamento são realizados durante o processo de distribuição dos lotes. Na fase de implantação, são feitas as obras de engenharia, núcleo comunitário, qualificação dos trabalhadores. Na etapa de consolidação dá-se início a estruturação produtiva do assentamento. É nesta fase que são identificadas às culturas que possuem potencial para a produção econômica, levando-se em conta as limitações de recursos para o plantio. Logo vem a fase de emancipação, aonde os assentados vão gradualmente assumindo a gestão dos bens comunitários e interesses gerais do grupo.

Nos diálogos com os participantes do movimento identificamos que o processo de luta pela terra possui pelo menos três momentos distintos. O movimento de luta pela terra primeiramente vem da necessidade do sujeito de ter um próprio espaço, seja pelo desejo de buscar, simplesmente, uma nova oportunidade, por seguir os caminhos já traçados de uma família ou mesmo por estar fugindo de um trabalho em regime de escravidão, entre outros, mas todos envolvem a questão do exercício de liberdade de escolhas. Identificada esta necessidade, o sujeito busca se juntar a um grupo que já esteja envolvido no processo de luta pela terra, que pode aí constituir um novo grupo que lute por outro espaço e dá-se início a um processo lento, que pode levar anos, até que se consolidem as suas reivindicações.

Em um segundo momento dá-se início a organização do movimento, onde o local ocupado é dividido pelas famílias que participaram do movimento, inclusive a divisão de tarefas. Neste momento, a insegurança gerada pelas incertezas quanto à conquista da terra, leva os sujeitos que estão nesta condição (acampados e irregulares), a um processo de produção econômica que se inicia de forma tímida e é basicamente de subsistência. O arranjo produtivo é totalmente montado pelas próprias famílias que, com pequenas economias, dão partida a esse processo. São culturas produtivas que envolvem pouca técnica e de fácil coleta, que não envolva ainda, grandes riscos de perdas. São geralmente culturas já exploradas pelos produtores locais.

É importante que se registre, que nem todas as famílias possuem experiência anterior com a terra e nestes casos, juntam-se aos habitantes locais na procura de vagas de empregos em prestação de serviços e comércio local. Estas ações são um dos primeiros elos que unem as famílias dos sem-terra a comunidade local. O aumento do consumo no comércio causado pela chegada dos sem-terra é outro elemento importante na conquista do apoio dos habitantes. Com o tempo, o acampamento começa a adquirir certos benefícios, como professores para as escolas montadas provisoriamente e atendimentos médicos oferecidos pela prefeitura local.

Num terceiro momento vem a consolidação. Após anos de espera, que forçaram algumas famílias a abandonar a luta e também a que outras se inserissem no movimento, os sem-terra conseguem ganhar o direito de posse e uso da terra. Esta fase de consolidação guarda ainda algumas características da segunda, como a produção comunitária, onde, pelo menos uma vez na semana, todos se dedicam ao trabalho em prol de todos os assentados. E esta ação é por tempo indeterminado, até que se formem cooperativas organizadas, como algumas comunidades já conseguiram. É neste momento também que o acesso ao crédito será obtido de forma mais fácil. Com o assentamento, a comunidade amplia as suas oportunidades de escolha das questões econômicas de *o que* produzir e *como* produzir.

A ampliação das possibilidades de escolha de produção que ocorre nesta fase da conquista da terra é significativa para o futuro do assentamento. Os assentamentos rurais quando realizados através da distribuição de terras que não possuem condições imediatas de cultivo para uma produção em escala familiar, necessitam de capital físico e social para que o agricultor fixe-se na terra e possa dar início a sua produção. No entanto, tem se registrado diversos casos de abandono, venda ou, até mesmo, devolução da terra por que não lhe foi permitido reunir as condições básicas para a produção. Este é um ponto significativo para o sucesso ou fracasso de um assentamento. A opção por alocar famílias que migraram em busca de novas oportunidades sem permitir que sejam ampliadas as suas possibilidades de escolhas, não surtirá nenhum efeito que não a migração de sujeitos limitados pelas condições oferecidas, de um local para outro. (WOORTMANN, 2004).

... a identidade é um conceito crucial, porque funciona como articulador, como ponto de ligação, entre os discursos e as práticas que procuram interpelar-nos, falar-nos ou colocar-nos no nosso lugar enquanto sujeitos sociais de discursos particulares, por um lado, e, por outro, os processos que produzem a subjetividade, que nos constroem como sujeitos que podem falar e ser falados. (MENDES, 2005, p.503).

A comunicação entre os sujeitos que lutam pela terra e a organização que representam, são sempre constantes e com o objetivo claro de fortalecer o discurso e favorecer a prática. Todas as ações de organização e divisão de tarefas, produtivas economicamente, ou não, são relatadas em encontros regionais e nacionais, onde se trocam experiências e são construídas determinações que terminam por serem disseminados em todo o movimento. Estas ações configuram as características e propriedades identitárias das famílias que formam o movimento e garantem uma padronização de comportamento individual e coletivo.

CONCLUSÃO

Percebe-se então, que as impressões proporcionadas pelas entrevistas e conversas informais com a comunidade, nos possibilitaram levantarmos problemas e questões relacionadas às interações entre família-migração, família-relação de gênero e família-produção.

As relações de gênero mostram que a presença da mulher, ainda que cercada de estereótipos e discursos de igualdade, tem sim uma presença marcante e significativa na construção da identidade do movimento. A divisão de tarefas leva a mulher além do exercício domiciliar. No plantio e na colheita, na distribuição da produção e na prestação de serviços para terceiros, a mulher tem uma forte presença. No acampamento “Peruanas” observou-se que elas estão sempre em sintonia entre o discurso e a prática que envolve o movimento dos sem-terra, exercendo inclusive papéis de lideranças junto ao núcleo coordenador e ao grupo comunitário. Semelhanças foram observadas no acampamento “Flor do Bosque”, onde trabalham na colheita da cana que abastece as usinas de açúcar.

Os laços familiares são estreitos entre os acampados. Pode-se observar a existência de gerações familiares unidas na luta pela terra, bem como grupos familiares que se constituíram ali, sob a mesma bandeira. Esta formação de identidade vai moldando características próprias na formação da cultura dos assentados.

No que toca o processo de desenvolvimento produtivo, as práticas tem sido diferentes do planejamento governamental, cujo modelo tem sido imposto “de cima para baixo”. E esse tem sido um fator que vem dificultando que os programas de assentamento rural tenham tido melhores resultados no longo prazo. As condições necessárias, seja institucional ou financeira, não são suficientes para que os assentamentos possam organizar o sistema produtivo. Não há, de fato, um projeto sustentável para os assentamentos. O Estado vem distribuindo terras, mas sem investir nos demais fatores de produção e, como foi mostrado, este desequilíbrio poderá transpor para gerações futuras um ônus social muito grande.

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v.6, n.1, p.1-23, jan./jun.1989.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**. São Paulo: UNESP, 1993.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: O breve século XX. 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e História na Modernidade Anômala**. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril, 2005. Disponível através de www.scielo.org.br. Acesso em 21 maio, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

WOORTMANN, Ellen F. (org.). **Significados da Terra**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.